TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

25/02/2026

SUMÁRIO

Alego insiste em PEC própria de teto de gastos | O Popular 3

Alego insiste em PEC própria de teto de gastos | O Popular

Visualização da notícia

Alego insiste em PEC própria de teto de gastos

Casa aponta suposta necessidade de definir critérios para ampliar limites de despesas do Legislativo a partir deste ano

Rubens Salomão

24 de fevereiro de 2026 às 22:35

Modificado em 24/02/2026, 23:06

Presidente Bruno Peixoto (UB): Casa estaria tendo prejuízo com a mudança para o Propag (Will Rosa / **Alego**)

ouvir matéria

O **presidente** da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), Bruno Peixoto (UB), e o líder do **governo** na Casa, Talles Barreto (UB), pretendem insistir na defesa de teto de gastos diferenciado para o Legislativo em reunião marcada para esta quarta- feira (25) com o governador Ronaldo Caiado (PSD) e integrantes da **Secretaria da Economia**. A intenção é apresentar suposta necessidade de definir critérios para ampliar o teto de gastos do Poder a partir deste ano.

A possibilidade de votar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aventada por Peixoto em entrevista ao POPULAR na última semana, mas foi rejeitada por Caiado em declaração logo depois da **ses**são solene de reabertura dos trabalhos legislativos em 2026, na última quarta (18). A matéria teria intenção de ampliar o limite para despesas correntes, com a soma total dos gastos registrados em 2021, ano considerado para o cálculo do novo teto, pelo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos **Estado**s (Propag).

A meta é garantir que os valores considerem os recursos do **Fundo** de Modernização e Aprimoramento Funcional da **Alego** (**Fema**l). "O Poder Legislativo terá, comparado aos outros poderes, uma redução. Nós não queremos em momento algum apresentar uma PEC sem diálogo", afirmou Peixoto, nesta terça.

O **presidente** aponta realizar consultas também junto ao **Tribunal de Contas** do **Estado** (**TCE**),

Ministério Público Estadual (MP-GO) e Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). "Só vamos apresentar a PEC, caso seja necessário, após o diálogo com o governador. Nós vamos mostrar a realidade do parlamento goiano. Nosso problema não é financeiro. É teto orçamentário. O Poder Legislativo está tendo um prejuízo com a mudança do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Propag", disse.